

EMENDAS PARLAMENTARES AO ORÇAMENTO FEDERAL DO SUS: MÉTODO PARA ESTIMAÇÃO DOS REPASSES A CADA MUNICÍPIO FAVORECIDO, SEGUNDO ÁREAS DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS (2015-2020)

Fabiola Sulpino Vieira

Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

E-mail: <fabiola.vieira@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2732>

A alocação de recursos federais por meio de emendas parlamentares (EPs) ao Sistema Único de Saúde (SUS) vem crescendo desde a aprovação do orçamento impositivo e tem contribuído para a redução da parcela de recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde (ASPS) por programação própria do Ministério da Saúde (MS). Além disso, deficits de transparência na execução orçamentário-financeira desses recursos têm dificultado a contabilização das despesas por áreas de atuação do SUS.

Assim, o objetivo deste texto é propor um método para a estimativa das despesas em ações e serviços públicos de saúde por EPs do MS, com cada município favorecido, segundo áreas de alocação dos recursos, relativas ao período de 2015 a 2020. Trata-se de uma contribuição para estudos futuros sobre o financiamento e o gasto público em saúde no Brasil.

Para tanto, a investigação metodológica se pautou em uma análise exploratória de relatórios de execução orçamentário-financeira do MS, do período de 2015 a 2020. Foram utilizadas três fontes de informação descritas a seguir: i) o Siga Brasil – sistema de informação sobre o orçamento da União, de acesso público, mantido pelo Senado Federal; ii) uma planilha eletrônica disponibilizada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), obtida a partir de solicitação de acesso à informação, contendo dados de execução por EP; e iii) o Painel FNS Emendas Parlamentares, que disponibiliza dados de execução de EP pelo MS na internet. Os procedimentos para a identificação das despesas por EP no Siga Brasil foram detalhados.

O resultado da análise do relatório de cada uma dessas três fontes foi de que, segundo os critérios de acessibilidade, clareza metodológica, cobertura e

consistência, o Siga Brasil é a fonte mais adequada para a obtenção de informações sobre as despesas por EPs do MS com cada município favorecido. Procedimentos para a estimativa da despesa em atenção básica, bem como em média e alta complexidade, do período de 2015 a 2018, foram propostos, obtendo-se, ao fim, a despesa por EPs do MS com cada município, segundo essas e outras áreas de alocação de recursos, para todo o período investigado (2015-2020).

Conclui-se que o método proposto é factível e reprodutível, mas que problemas no registro das despesas pela administração pública federal, especialmente para as emendas do relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual, afetam a transparência e a qualidade da informação, particularmente para os anos de 2015 e 2016.